

Zélia: Collor vai acabar com a fome

BRASILIA — “Nenhum brasileiro vai morrer de fome no Governo Collor de Melo. Cada família terá a segurança de que haverá comida em sua mesa”. Esta é uma das metas fundamentais do programa econômico de Governo que será lançado um dia após a posse de Collor de Mello, caso ele vença o segundo turno. A estrutura está pronta e, na quarta-feira, Collor reafirmou à economista Zélia Cardoso de Mello — encarregada das metas econômicas — este e outros objetivos fundamentais do seu programa de Governo.

— Agora, estamos acertando os últimos detalhes. Estamos fechando o dever de casa — disse a economista.

Zélia Cardoso de Mello recebeu orientação de Collor para acabar de organizar o programa de governo, que prevê forte combate à inflação, redistribuição da renda e preservação do poder de compra dos salários das populações mais pobres.

— No primeiro momento, não poderemos modificar a atual carga tributária que incide sobre pessoas físicas e jurídicas, principalmente atacando os ganhos de capital. Isso é impossível, porque a Constituição proíbe a mudança da legislação tributária para o mesmo ano. Nessa fase, portanto, teremos de mexer na economia através de nossas reformas fiscal, patrimonial e administrativa — afirmou Zélia, acrescentando que o plano não prejudicará os que recebem salários mais baixos.

— Os que ganham menos serão beneficiados e estamos definindo agora as faixas salariais que serão mais favorecidas. O plano de estabilização da economia não vai prejudicar os salários — garantiu.

O plano econômico de governo do candidato Fernando Collor de Mello, segundo alguns assessores, não prevê o congelamento geral de preços, mas será inevi-



Collor embarca em Brasília e viaja para manter contatos políticos em São Paulo

tável um controle rígido da cesta básica de alimentos. As Câmaras Setoriais de Preços criadas pelo atual Governo poderão ser utilizadas com objetivos mais amplos, podendo incluir a discussão dos salários.

O plano prevê ainda uma redução da máquina do Governo, com a eliminação de ministérios, limitação de pagamento dos juros da dívida externa e renegociação da dívida interna, com dilatação de prazos.

Telefoto de Mino Pedrosa